



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 14 DE MAIO DE 2021

N.º 3/2021/AM

DATA: Décimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um.-----

HORA: Vinte horas e catorze minutos.-----

LOCAL: Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, em suplência de Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP), que participou por videoconferência;-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, António Augusto Pinho Soares de Almeida (PSD), que participou por videoconferência;-----

- Deputada Municipal, Célia Maria dos Santos Tavares, em suplência de António

Santos Sousa (PSD), que participou por videoconferência;-----

- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD), que participou por videoconferência;-----

- Deputado Municipal, João Pedro Henriques da Silva (PSD);-----

- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----

- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----

- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----

- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP), que participou por videoconferência;-----

- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----

- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----

- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----

- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----

- Manuel Correia de Campos, Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP);-----

AUSÊNCIAS:-----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP), falta justificada pela Mesa.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência



2021.05.14

ATA N.º 3/2022/AM

FL. N.º 180

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência Ana Filipa da Silva Vieira, José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. **Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra, que consubstancia uma Candidatura ao 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de maio de 2021;-----**
2. **Isenção de taxas no âmbito da Feira de Velharias, do Mercado Municipal, da Feira Quinzenal, da Ocupação Acidental (Feiras) e da Venda Ambulante (Ocupação de Espaço Público), durante seis meses, com produção de efeitos retroativos a 1 abril – Deliberação da Câmara Municipal de 4 de maio de 2021.-----**

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes e informando das substituições efetuadas nos termos da lei, para a presente sessão.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. **ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA, QUE CONSUBSTANCIA UMA CANDIDATURA AO 1º DIREITO – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de maio de 2021: O Senhor Presidente da Assembleia**

Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação da Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra, que consubstancia uma candidatura ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, agendado sob proposta da Câmara Municipal de 7 de maio de 2021.-----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, proferiu a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa -----

Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores vereadores, Colaboradores da Câmara Municipal que estão hoje no apoio à Assembleia Municipal, Equipa da DPAGU e DASDEC que deram a sua preciosa colaboração Na pessoa do senhor Doutor Eng.º Álvaro Santos da Agenda Urbana saúdo toda a equipa que desenvolveu este trabalho. -----

Uma saudação também muito especial a todos os Valecambrenses que nos estão a acompanhar pela internet. -----

Vale de Cambra dá hoje um importante e histórico passo com a aprovação da Estratégia Local de Habitação. -----

Na história da nossa democracia teremos que recuar 30 anos para assistirmos a um investimento por parte da Câmara Municipal na área da habitação em Vale de Cambra. -----

Os Municípios têm hoje em dia um relevante e imprescindível papel na implementação de políticas de habitação e a sua importância assenta na proximidade com as comunidades, mas também o seu cada vez maior conhecimento das necessidades, assente num trabalho de contacto estreito com as várias realidades e necessidades sociais. -----

E cito trecho vertido no enquadramento da Estratégia Local de Habitação de Vale de Cambra:-----



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

Fl. N.º 187

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Aos Municípios cumpre programar e executar as respetivas políticas municipais de habitação, identificando as carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, bem como as suas dinâmicas de evolução, com vista a assegurar respostas apropriadas no âmbito das políticas municipais ou intermunicipais ou, ainda, no quadro de programas nacionais.” Fim de citação -----

Este parágrafo que citei enquadra o objetivo e as competências dos Municípios e Vale de Cambra, sendo um Município dinâmico, de gente empreendedora não pode viver à margem das políticas de habitação vertidas na Lei de Bases da habitação que, pela primeira vez na Democracia Portuguesa, estabelece o quadro global, assim como um vasto conjunto de princípios e regras de atuação dos poderes públicos e privados. -----

Cumprindo esse desiderato cabe aos municípios e para uma boa execução da Estratégia local de habitação, integrar a política municipal de habitação nos instrumentos de gestão territorial, prevendo áreas adequadas e suficientes destinadas ao uso habitacional municipal, garantindo ainda a sua manutenção. ----

Não entrarei em pormenores técnicos que deixo para a equipa da Agenda Urbana que nos acompanhou neste trabalho, mas não deixarei de referir o empenho e envolvimento das equipas da DPAGU e DASDEC coordenadas respetivamente pelo Dr. Armando Ribeiro e Dra. Paula Ferreira que souberam interiorizar a relevante importância deste trabalho para o Concelho de Vale de Cambra e ao mesmo tempo fazer história pois trata-se do primeiro Plano Estratégico nesta importante área.-----

Por fim e não menos importante referir que esta Estratégia Local de Habitação encerra em si uma candidatura ao 1º Direito — Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e a ter um desfecho favorável poderá traduzir-se numa muito importante fonte de financiamento. -----

Aos Senhores Deputados Municipais lanço o desafio de aprovarem por

unanimidade este tão importante documento.”-----

Presente na sessão o Doutor Eng.º Álvaro Santos e Arq.º Paulo Valença, da empresa AGENDA URBANA – Estudos e Consultoria, foi concedida a palavra ao Doutor Eng.º Álvaro Santos que passou a apresentar, de forma sucinta e com recursos a uma apresentação projetada na tela, a Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra:-----

Exm.ª Câmara Municipal,-----

Senhores Vereadores,-----

Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Presidentes de Junta-----

Antes de mais é para nós uma honra poder partilhar a apresentação deste trabalho, que é o culminar de meses de trabalho principalmente da nossa Equipa mas também da equipa interna da Câmara Municipal, que foi excedível nos seus esforços para alcançar o resultado que agora vamos apresentar e pode-lo partilhar perante tão importante órgão municipal como é a Assembleia Municipal. Vou procurar ser muito breve, não sei se depois vai haver oportunidade de esclarecer um ou outro ponto, mas de qualquer forma nós estamos disponíveis, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal saberá a melhor maneira de conduzir os trabalhos.-----

Este trabalho, o Sr. Presidente da Câmara Municipal hoje já o enalteceu e não é demais sublinhar que o Município de Vale de Cambra é um dos primeiros do País tendo em conta que o País tem 308 Municípios no continente, a semana passada estavam aprovadas algumas dezenas três ou quatro dezenas de Municípios, portanto o Município de Vale de Cambra vai ser dos primeiros a aprovar a sua Estratégia Local de Habitação, documento tão importante e de um tema tão oportuno e tão atual como é uma habitação no nosso País.-----



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 182

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O trabalho está desenvolvido em quatro grandes partes: uma primeira parte como podem observar neste quadro de diagnóstico e caracterização da situação habitacional do concelho de Vale de Cambra; depois uma segunda parte da definição estratégica de objetivos e medidas a desenvolver em termos setor habitacional, objetivos e medidas porque a estratégia tem um objetivo mais amplo do que a candidatura ao programa 1º Direito que vamos falar mais na parte final, procurando também ir ao encontro das necessidades de outros segmentos da população que não apenas aqueles que vivem em condições habitacionais indignas e que são esses os principais e únicos destinatários da candidatura ao 1º direito. Não é só para os mais desfavorecidos é também para as classes médias, para os jovens que atualmente em Portugal se deparam com muita dificuldade no acesso à habitação; depois uma terceira fase com Identificação de instrumentos de política de habitação e análise das suas condições de aplicação Município de Vale de Cambra. Basicamente o Governo lançou em princípios de 2018 aquilo que designa por Nova Geração de Políticas de Habitação que é um pacote de medidas e programas que totaliza a cerca de 20 iniciativas de política pública e o que nós vamos procurar fazer é cruzar aquilo que são as medidas e os objetivos para o setor habitacional de Vale de Cambra com os programas que existem a nível nacional, no sentido de lhes dar depois sequência e facilitar naturalmente a sua execução que seja ao nível medidas legislativas, incentivos fiscais mas também programas financeiros que possam apoiar essas medidas; e por último, a estruturação de uma candidatura ao Programa 1º Direito.-----

Em termos de diagnóstico, não vos queria maçar muito com o documento mas, em traços muito gerais, em termos de diagnóstico e de retrato municipal, no setor de habitação no concelho de Vale de Cambra, chegamos a estas 5 conclusões básicas principais. Por um lado ainda estamos naturalmente ansiosos por obter os resultados dos Censos que estão em curso e que agora tiveram um

prolongamento até ao final do mês de maio, isso é muito importante para podermos verificar as dinâmicas demográficas, entre muitos outros indicadores. Esta primeira conclusão, gostava só de ressaltar que, quando falamos de termos constatado um contexto de diminuição da população ligeiro do Município de Vale de Cambra, os dados agora dos Censos mais atuais poderão eventualmente contrariar essa tendência que aqui registamos. Mas o importante para a Estratégia não é para referirmos aqui o número até à exaustão, às dezenas ou às centenas, mas sim verificar a tendência de diminuição ligeira. Assim, as dimensões T3 ou T4 não são aquelas que são mais necessárias no momento presente, mas outras Tipologias mais pequenas, precisamente para se ajustar à dimensão da família. É importante termos esta perceção que creio que é a percecionada por todos e depois concretiza-se na execução destas políticas. Portanto, eu com isto já falei do contexto de diminuição da população, mas do aumento do de famílias mas também um contexto de crescimento expressivo do parque habitacional, muito mais expressivo até que o aumento de famílias. Depois, uma terceira conclusão que tem a ver com o modelo de provisão da promoção de criação de habitação no Município de Vale de Cambra que está tradicionalmente associado à auto promoção, ou seja, as pessoas através da construção num terreno próprio ou não promovem a sua própria situação habitacional, criam a sua própria solução habitacional. Isso é muito comum nesta região do País e aqui não é indiferente também ao Concelho de Vale de Cambra. Depois, uma quarta conclusão, que tem a ver com evolução dos mercados de habitação, quer de arrendamento, quer de compra e venda em que não se evidencia uma tendência consolidada de reforço do mercado de arrendamento. Aliás, um bocadinho em linha com aquilo que se passa no País. Quem quer hoje uma casa, um fogo, uma habitação para arrendar tem muita dificuldade em a encontrar no mercado arrendamento, daí que as políticas europeias e nacionais



2021.05.14

ATA N.º 312021/AM

FL. N.º 183

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apontam muito para o incentivo ao mercado de arrendamento. O arrendamento é um chavão que tem dominado muito as políticas públicas, vai com certeza traduzir-se em resultados positivos a curto, ou pelo menos, a médio prazo. Depois uma quinta conclusão é que tem a ver com o quadro geral da melhoria das condições de habitação que se verificam aqui em Vale de Cambra como também na região e um pouco à semelhança de todo o País, hoje as condições de habitação são em termos da sua dimensão, conforto e qualidade são muito melhores do que algumas décadas atrás, o que não quer dizer que satisfaça plenamente todas as condições das famílias que estão cada vez mais exigentes. De qualquer forma, regista-se como positiva também esta esta conclusão. Poderíamos verificar aquilo que eu acabei de dizer neste quadro com alguns indicadores. Não vos queria maçar mas pelo menos aqui podemos registar a evolução da população do Concelho, desde 1991, portanto os períodos Censitários, aqui verificamos de 2011 para 2019, é uma estimativa 2019, mas verifica-se, de facto, uma ligeira diminuição da população como estava há pouco a referir e, também, mas ao contrário um aumento do número de famílias. Infelizmente não temos este indicador para 2019 mas pelo menos entre 2001 e 2011 verificamos este ligeiro crescimento. O crescimento mais expressivo como me referia há pouco é ao nível dos edifícios, em que temos aqui um aumento bem mais significativo, desde 2001 para 2011 e, por sua vez, também de 2011 para 2019. Não quero maçar com estes dados todos mas é para ficarmos também com um retrato ao nível dos preços quer do arrendamento, quer da venda. Por exemplo, no primeira trimestre de 2018, o valor mediano das rendas por metro quadrado em Vale de Cambra situava-se em uma percentagem de 65%, dois terços daquilo que é o valor mediano no contexto nacional. Depois já no segundo semestre de 2019 regista-se aqui já uma ligeira diminuição. A mesma tendência se verifica ao nível do valor mediano da venda por metro quadrado (mercado de

compra e venda) em que no 2º trimestre 2017 era de quase 80% (79,3) e depois no 2º trimestre 2019 já era de 68%, houve aqui também uma diminuição.-----

Colocando de lado este primeiro retrato, esta primeira aproximação à situação habitacional no Concelho, nós, mas principalmente a Câmara Municipal em colaboração com as Instituições, com as Juntas de Freguesia que tiveram aqui um papel muito importante na identificação das carências habitacionais e do número de famílias que viviam em condições indignas, foi então identificado um universo de 80 famílias que representam aproximadamente 168 pessoas. Digamos que é este universo que nós vamos trabalhar na Candidatura ao 1º Direito que depois será apresentada mais à frente. Portanto, não é um número significativo mas é um número considerável. Não quer dizer que este diagnóstico seja completamente exaustivo. Vou explicar como é que as famílias também se podem, mais para a frente, procurar os serviços da Câmara Municipal para que esta Estratégia, mais do que um documento que se abre agora, é mais um processo que se abre agora, que se possam candidatar para ninguém ficar excluído deste processo. Este trabalho já foi um trabalho muito exaustivo dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia em colaboração próxima com os serviços da Câmara Municipal, mas nunca podemos dizer que está completamente fechado e que não haverá mais uma outra família que entretanto possa necessitar de uma habitação, porque vive em condições indignas ou que não tem capacidade financeira para viver numa habitação condigna. O que quer dizer que, hoje dia 14 de maio, uma determinada família possa viver em condições dignas e amanhã, por insuficiência económica, ou outros fenómenos que, infelizmente, ainda vivemos no período de pandemia que têm afetado muitas famílias portuguesas, não quer dizer que amanhã ou depois de amanhã não existam outras famílias a precisar de habitação. Portanto este número, é um número que devem sempre vê-lo como em aberto e nunca como um número



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 184

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fechado, mas é o número que nós vamos considerar aqui para a Estratégia.-----

Um retrato muito genérico, esta primeira fase da Estratégia que apresentamos em termos de diagnóstico da situação habitacional e passamos agora para a fase dois. A fase dois, da definição estratégica, da Missão, Objetivos e Medidas, começamos, desde logo, por definir a missão deste plano, da Estratégia local de habitação do Município de Vale de Cambra. Nesta fase está condensado o objetivo principal e se permitem ler, porque de facto é mais simples, mais sintético e mais objetivo. A missão da estratégia é assegurar o acesso a uma habitação condigna a todas as famílias residentes em Vale de Cambra, reforçando paralelamente a atratividade habitacional do Concelho, promovendo soluções inovadoras, sustentáveis e inclusivas, através da união de esforços públicos e privados e do aproveitamento de instrumentos financeiros disponíveis.--

A questão dos instrumentos financeiros disponíveis é óbvia, como já referi, mas hoje mais do que no passado as políticas de habitação tendem para que não seja só o Estado, através das autarquias ou estado Central em parceria com as autarquias, a promover habitação para todos. Há outras formas e este Programa vai ao encontro disso, há possibilidades das próprias famílias se candidatarem diretamente, por exemplo cooperativas de habitação, Associações de moradores, IPSS's também se podem candidatar diretamente. Acho que é a primeira vez na democracia portuguesa, na jovem democracia portuguesa que já tem quase 50 anos, que as Juntas de Freguesia podem ser beneficiários diretos, como aqui temos dois exemplos como veremos mais à frente. A maturidade a este nível vai evoluindo no nosso País e acho que é muito positivo que assim seja. E é também por isso que incluímos este ponto da união de esforços entre o setor público e o setor privado, para contribuírem para promover habitação para todos. Esta missão é digamos o objetivo principal que depois assenta em cinco pilares, que são estes objetivos que aqui apresentamos e que, vou sumariamente apresentá-los. -----

Não vos vou maçar aqui com o nível de detalhe das Medidas, mas só apresentar muito sumariamente aquilo que são os objetivos principais. Desde logo, o primeiro até porque está muito alinhado com aquilo que são as orientações nacionais, é o garantir o acesso a uma habitação condigna a todas as famílias. É esse o propósito do Programa 1º Direito e é para esses que se devem concentrar as primeiras ações a este nível. Depois todas estas medidas, neste caso 5 medidas, contribuem naturalmente para este objetivo. Um segundo objetivo tem a ver com o privilégio com a promoção da modalidade da Reabilitação Urbana, até porque essa modalidade em detrimento da construção nova é mais majorada do ponto de financiamento da reabilitação do parque habitacional e portanto aqui também está devidamente salvaguardada. Infelizmente, no nosso País e aqui também em Vale de Cambra há uma quantidade significativa de fogos vagos. Por diversas razões estão vagos e outro conjunto edificado que pode estar degradado e que pode ser reabilitado para a função habitacional permanente e para acolher família. Não só por isso, mas também por isso, a reabilitação urbana é mais incentivada em termos de taxas de co-financiamento e encontra-se aqui privilegiada nesta estratégia local de habitação, com estas medidas que aqui são apresentadas. -----

Depois como eu dizia há pouco atrás, face à inexistência do mercado de arrendamento em Portugal é preciso também que os municípios sejam os primeiros atores, os primeiros agentes, na promoção e facilitação de relançar o mercado de arrendamento. É certo que os incentivos até agora não têm sido muitos para quem tem uma propriedade e que a queira colocar no mercado de arrendamento. A nova Lei do arrendamento de 2012 veio já introduzir algumas nuances e alguns incentivos para que os proprietários colocassem os seus fogos no mercado de arrendamento, mas ainda não foi suficiente para haver aqui um processo de massas significativo e, portanto, isto é algo que é preciso apostar e aqui os Municípios podem ter uma palavra muito importante e este fator está aqui



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 185

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contemplado no terceiro objetivo. Depois um objetivo mais transversal e mais genérico, que tem a ver com a promoção das condições para o desenvolvimento de formas inovadoras de habitação. Hoje a habitação tradicional tem outras formas de complemento, o segmento dos jovens, o segmento dos idosos, a evolução também da esperança de vida faz com que muitas pessoas idosas vivam sozinhas e, portanto, poderá fazer mais sentido viverem próximas, viverem com equipamentos comuns. O Município de Vale de Cambra numa das soluções que vamos ver aqui mais à frente, na Candidatura 1º Direito tem também uma iniciativa para atender a essas formas. Mas, para além disso, estão aqui um conjunto de medidas que procuram incentivar estas formas inovadoras de habitação, porque não são só comuns às grandes cidades e às grandes metrópoles, também se podem começar a praticar a um nível de maior proximidade com as populações. E, por último, um quinto objetivo tem a ver com o aprofundar da participação e do acompanhamento das políticas públicas e municipais de habitação. O que estamos aqui a testemunhar hoje é isso mesmo, tivemos o gosto de ter um processo participativo desde o início, em que envolveu os serviços técnicos da Câmara Municipal como referiu, mas também as IPSS's, as Juntas de Freguesia tiveram aqui um papel muito importante, mas depois também os fóruns democráticos legitimamente consagrados como a Câmara Municipal, como a Assembleia Municipal. Como eu dizia há pouco, isto é um processo que se abre agora, não quer dizer que no futuro não possam ser desenvolvidos outros fóruns, outras sessões de esclarecimento, no sentido de levar esta mensagem à população em geral, porque ninguém se deve sentir excluído. Se alguém não fizer parte daquelas 80 famílias que estão identificadas, não quer dizer que amanhã não possa estar. Portanto, é bom que esta Estratégia e que estas iniciativas possam ser partilhadas o mais possível pela população. Uma população bem informada é uma população bem formada e bem esclarecida

que contribui para a construção de um futuro coletivo desejável por todos. E daí também aqui neste objetivo um conjunto de medidas em que incentivamos precisamente os processos de participação, aliás à semelhança do que tivemos oportunidade de ao longo do trabalho de testemunhar, que a Câmara Municipal desenvolveu também um processo muito participativo ao nível da elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal. Os processos são cada vez mais comuns entre nós, felizmente, portanto não é só para um setor devem ser para vários vários setores. Há medidas também na Nova Lei de Bases da Habitação ou a Primeira Lei de Bases da Habitação vem permitir também a criação de fóruns como um Conselho Local de Habitação à semelhança de outros, o caso da ação social, para a juventude e para outras matérias, hoje a Lei de Bases da Habitação permite também a criação de um Conselho Municipal de forma a acompanhar estas políticas, com representantes da sociedade civil. Há aqui muitas formas de inovar e envolver toda a sociedade nestes processos. Um dos segmentos que estão contemplados também na Estratégia é a sua articulação com as políticas do território não faz sentido outra coisa que tanto daí o trabalho fosse muito orientado para aquilo que são as políticas do território e, felizmente, o Plano Diretor Municipal está em processo de elaboração e é possível a Estratégia ir beber orientação da revisão do PDM e vice-versa também. Portanto, foi um trabalho muito facilitado a esse nível porque coincidiu neste período. Não é novidade para os senhores e com certeza que este é o Mapa da Estratégia Territorial de Vale de Cambra, com o centro, a sede do Concelho aqui localizada, nas suas articulações com os municípios vizinhos, mas depois também a procura, valorizando aqui a questão da coesão territorial, privilegiando também aqui outras centralidades que são muito importantes para a construção de um território sustentável e inclusivo, que todos desejam com certeza. Este mapa territorial é um decalque do modelo territorial do PDM, depois vai ter aqui uma reflexão ao nível da habitação, em que



2021.05.14

ATA N.º 3./2021/AM

FL N.º 186

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naturalmente as maiores carências foram verificadas na sede do Concelho, mas depois também em outros locais com as apostas da Câmara Municipal com uma linha de recuperação de património público devoluto, como é o caso das escolas primárias dispersas um pouco por todo o Concelho, mas com excelentes localizações são um dos segmentos que vão ser aproveitados. Há pouco falava do quinto objetivo, que tem a ver com as questões da participação, há que também privilegiar e esta figura sintetiza um pouco o modelo de governação que nós recomendamos/sugerimos para a fase da implementação da Estratégia Local de Habitação, em que aquilo que apresentamos o nível de gestão político estratégico atualmente comandado/orientado pela Câmara Municipal, mas que pode e deve ter aqui a participação de outros Fóruns Municipais como o possível Conselho Local de Habitação, ou de outros fóruns mais informais, que se possam criar e que podem acompanhar aqui este nível de gestão política estratégica. Depois sempre suportado pelo nível de gestão técnica e operacional, que produz a informação que a monitorize e avalie, e que depois surgira ao nível estratégico as medidas que forem naturalmente de desenvolver no futuro próximo.-----

Há pouco quando eu referia que a nova geração de políticas de habitação tinha aqui um conjunto de instrumentos disponíveis, o documento está exaustivo em termos de apresentação sumária daquilo que são os programas que existem ao nível nacional e também estão desagregados por objetivos, mas aqui nestes Instrumentos de Apoio, nesta coluna aqui do lado direito, verificamos quais são esses instrumentos nacionais. Alguns não têm componente financeira mas muitos deles, a grande parte deles tem componente financeira. A Câmara Municipal naturalmente tem conhecimento deles, mas é bom que também esta informação chegue aos Municípios porque há aqui muitas formas de poder apoiar a reabilitação por parte dos particulares, de empresas, de instituições, de IPSS's e outras instituições. É sempre bom termos presente de que há aqui um conjunto de

oportunidades e muitas vezes por falta do desconhecimento é que não são aproveitadas. Não vou estar aqui a enumerar todos mas neste segmento tinha um conjunto vasto, aqui também, neste segundo objetivo – o Programa de Arrendamento Acessível, o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, o Porta 65-Jovem porventura aquele que mais vos é familiar; depois ao nível da reabilitação – o Reabilitar para arrendar, IFRRU 2020, Casa Eficiente 2020, etc. Estes aqui estão mais relacionados com o período de programação dos fundos comunitários do Portugal 2020, mas vão ter agora um sucedâneo ao nível de Portugal 2030, portanto convém estarmos atentos e aproveitar estas oportunidades. Acho que não é por falta de oportunidades, não é por falta de financiamento de que este segmento da habitação não poderá ser desenvolvido entre nós. Existem aqui de facto vários programas que atendem também à condição de cada família, de cada segmento populacional.-----

Na quarta fase para terminar, porventura a que poderão estar mais expectantes. O primeiro quadro síntese com os resultados de diagnóstico, com as tais 80 famílias que foram identificadas como vivendo em condições habitacionais indignas e que conjugam uma condição de insuficiência financeira, vivem também em condição de carência financeira para poder suportar os custos com uma habitação digna. Isto tem a ver mais com a terminologia do próprio programa, da própria candidatura, destes 80, 71 estão na condição de insalubridade e insegurança que é esta aqui, e depois 9 em situação de precariedade, sendo esta situação de precariedade aquela que é mais grave e que aqui poderá, eventualmente, ter uma taxa majoração, uma taxa de financiamento majorada face a esta condição de maior precariedade. -----

Este é o diagnóstico e agora vamos às soluções. Este é também um quadro síntese com as soluções, onde há claramente um privilegiar da componente de reabilitação que aqui está apresentada e depois aqui da construção. Há quatro



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL. N.º 187

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

modalidades possíveis, neste caso estão utilizadas estas duas modalidades. À cabeça a Câmara Municipal, com estas funções que estão descritas, 12 soluções habitacionais, algumas delas são, como referia há pouco, escolas do ensino básico que estavam devolutas, um bocadinho espalhados por todo o Concelho, e depois temos aqui quatro soluções que resultam de uma parceria muito pro-ativa, parceria entre o setor público e o privado, neste caso entre o setor público e o terceiro setor que é o caso da Conferência de São Vicente de Paulo e da Paróquia de Vila Chã e que, através de um contrato de direitos superfície ou de comodato, a Câmara Municipal vai ajudar estas duas instituições a recuperar quatro fogos e disponibilizá-los a famílias carenciadas. É louvável esta iniciativa e este entendimento para criar aqui quatro soluções. São apenas quatro, mas já é um primeiro passo no sentido de experimentar e de inovar ao nível da solução institucional para criar fogos. Não menos importante como referia há pouco, duas Juntas de Freguesia, de Rôge e de Macieira de Cambra, onde estamos agora, também têm aqui duas candidaturas, duas soluções que aqui estão identificadas. Depois os beneficiários diretos que são as famílias propriamente ditas que estando aqui identificadas podem se candidatar diretamente ao Programa 1º Direito. Não vão ter aqui o envolvimento direto da Câmara Municipal. Vão ter envolvimento da Câmara Municipal no apoio técnico, no aconselhamento, na preparação da sua candidatura. É um trabalho muito muito importante, e a Câmara Municipal que já assumiu essa responsabilidade tem estas 40 famílias aqui identificadas como beneficiários diretos. Depois, e isto ao nível da reabilitação, portanto estamos a falar de 14 mais 40, são 54 soluções de reabilitação para o universo dos 80 e depois as restantes 26 com soluções de construção nova, que são assumidas pela Câmara Municipal de um edifício novo com estas tipologias. E depois o edifício partilhado, o tal que eu referi há pouco, para pessoas porventura mais idosas e que tenham o seu espaço para viverem

2021.05.14

para habitar mas que depois tenham alguns espaços partilhados, no sentido de conviverem e não estarem fechados dentro da sua própria habitação, poder haver aqui um sentimento de partilha e de entre-ajuda muito saudável nos tempos atuais portanto. Este é o quadro síntese das soluções que aqui são apresentadas.-----

Fizemos também o exercício da programação, da calendarização. Este programa 1º Direito tem uma janela temporal de 6 anos, neste caso são apenas 5 anos contando já com o ano de 2021 e estão distribuídos desta forma, ao longo do presente e nos próximos três anos até 2024, totalizando as 80 soluções.-----

Em termos de números é sempre algo que temos de olhar. Isto é uma estimativa dos custos que aqui estão envolvidos, depois os valores são afinados com valores referência que o IHRU utiliza e, só após o carregamento na plataforma eletrónica que o usa para esta candidatura é que estes valores são refinados, mas grosso modo nós estamos a falar aqui das soluções adotadas de € 5.800.000,00 para todo esse investimento, ficando aqui naturalmente uma grande fatia a cargo da Câmara Municipal, mas também os beneficiários diretos têm aqui uma fatia muito importante de € 2.600.000,00, que de facto é um volume financeiro que vai ser afeto às famílias diretamente muito significativo e que vai precisar muito do apoio da Câmara Municipal para que este dinheiro seja bem aplicado e dentro dos prazos previstos, que aqui estão identificados.-----

Creio que basicamente era isto. Obrigado pela vossa atenção. Eu ficarei disponível, se tiverem alguma dúvida, para qualquer esclarecimento. Mas aí fica a cargo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva agradeceu a exposição esclarecedora e cabal ao Senhor Engenheiro Álvaro Santos e também a sua disponibilidade e da equipa da Agenda Urbana



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AN

FL N.º 188

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para dar continuidade e prestar esclarecimento a questões que pudessem surgir no âmbito do debate, a que deu início.-----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, agradeceu a intervenção do Senhor Engenheiro Álvaro Santos. Após o que, incluiu na sua intervenção inicial uma palavra de apreço às Juntas de Freguesia, parte ativa e determinante em todo este processo, bem como às Instituições, às IPPS's e às Conferências que, no fundo, ajudaram a dar corpo a este trabalho. Obviamente, com o espírito de entreatajuda, colaboração estreita e participação ativa de todas estas entidades foi de facto possível chegar a este importante documento final. Fica feita esta correção devida.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga que, após cumprimentar os presentes na sala, Prof. Álvaro Santos e a sua Equipa, e a todos quantos acompanhavam a transmissão em direto, referiu que o documento foi apresentado em reunião extraordinária da Câmara Municipal, na semana passada e é presente a uma sessão extraordinária, para aprovar o mesmo. Recebeu o documento na terça-feira, é um documento técnico que não põe em causa, mas o tempo para o analisar com cuidado e ponderação é manifestamente curto. Falou com algumas pessoas, mas que todos têm as suas vidas, não é em dois dias que analisam um documento, com questões técnicas que, sendo leigo na matéria, tem de se socorrer dos técnicos e envolvidos nas matérias, neste caso, políticas sociais.-----

O documento, pela leitura diagonal que fez do mesmo, peca por ser pouco ambicioso. É um documento que tem de ser articulado com o PDM em processo de revisão. Há uns meses, neste mesmo edifício, chamavam à atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal para a questão das ARU (Áreas de Reabilitação Urbana), pois quer se queira quer não, muitas destas medidas estão ligadas às

ARU's. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara Municipal constituiu as ARU de Macieira de Cambra e da parte urbana central, deixando de fora toda a malha rural do Concelho que sofre, neste momento, de grande despovoamento e desertificação. É para aí que as políticas de habitação devem estar viradas, em seu entendimento.-----

Agradeceu a exposição ao Professor Álvaro Santos. Referiu que estão em causa 80 agregados familiares, 168 pessoas, 2,1 pessoa/agregado, ou seja, uma gota das necessidades de habitação, principalmente dos “nossos filhos e netos” em Vale de Cambra. Há uma média de 200 pessoas, sobretudo jovens que saem do Concelho. Mas saem porque? Falou-se muito no arrendamento, há cerca de 5 anos, um casal jovem que começava a trabalhar pagava em média 200€ a 250€ de renda por um T3 usado, neste momento, esses mesmos jovens estão a pedir-lhes 400€ a 450€ em apartamentos usados. Porque em novos, já se pedem 600€. Jovens em início de vida, como podem pagar entre 400€ a 600€ de renda? Nos mapas apresentados é visível uma descida da população, tendência que se vai agravar, em que há muitos edifícios claramente, e estão aí em fase de conclusão, dezenas ou centenas de apartamentos para o mercado, os empreendedores não conseguem vender, estão a tentar colocar no arredamento, mas os jovens não conseguem pagar. O preço do m2 da habitação em Vale de Cambra, está atualmente, quase ao nível do preço da habitação no Porto, havendo uma diferença de 50 a 60€ o m2. Há jovens a ir para concelhos vizinhos. Um T3 há 8 anos custava 130mil euros em Vale de Cambra, atualmente custam 180mil a 210mil. Perguntou se é possível um casal de jovens ir pedir este dinheiro à banca. Os apartamentos ou são vendidos a especuladores ou empreendedores imobiliários. Em São João da Madeira, apartamentos de melhor qualidade, porque aqui em Vale de Cambra falamos de apartamentos de 180mil, 200mil mas com fraca qualidade, os preços novos em SJM são mais baratos, em Oliveira de



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 185

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Azeméis há casas de duzentos e tal metros quadrados, a 200mil euros, 220mil euros, com terreno. Este documento é um primeiro passo. Mas o primeiro tiro nos pés foi o Sr. Presidente da Câmara que o deu. É histórico que não há investimento na área social, mas que foram criados três lotes para habitação social, que se construíram dois lotes, mas que no terceiro, implantou um PT para alimentar o Centro de Artes, cometeu uma clara violação das regras de urbanização. -----

O documento diz que há um claro aumento da população de mais de 55 anos e clara diminuição da população de menos de 55 anos. Claro que há! Como afirmou já, daqui a 15/20anos vamos ter um Concelho com 16mil, 17mil habitantes, não mais.-----

Os beneficiários diretos, cujo investimento ronda os dois milhões e sessenta e quatro mil euros, não sabe como vão ter acesso ao crédito. Há aqui dados de estatística desatualizados, que diz que 10% auferem até 5mil euros /ano e que 40% da população auferem até 10mil euros. Estamos no limiar da pobreza, 50%, a acreditar no que está aqui, 50% da população vive no limiar da pobreza. Foi uma surpresa desagradável. Onde está o milagre do Vale Mágico? (m 53) Há população que ganha muito bem.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu para concluir pois o tempo estava esgotado, ao que o Sr. Deputado deu por concluída a sua intervenção, tendo por sua vez, o Sr. Presidente agradecido a colaboração na boa gestão dos tempos.-----

De seguida, interveio o Deputado Municipal Albino Luís de Almeida, cumprimentando todos os presentes. Cumprimentou e parabenizou o trabalho do Professor Álvaro Santos, pois que o documento é muito exaustivo. É a partir deste tipo de trabalhos de análise, que devemos avançar e trabalhar. Para tocar nos pontos certos e tomar decisões exatas é preciso ter noção exata das carências e

benefícios. O interesse deste Plano Estratégico vir a sinalizar pessoas com dificuldades em Vale de Cambra. Perguntou se a Câmara Municipal tinha estes números contabilizados. Isto é um espelho, um retrato, da nossa região. É uma fotografia das políticas desenvolvidas em Vale de Cambra. Este plano dá-nos muito que falar, muitas perspetivas do que podemos fazer, do que vai ser feito. Está aqui uma projeção das necessidades e bem denotado quais os pontos sobre os quais devemos atuar, quais os eventuais subsídios a angariar. Mas, vem tarde, tardíssimo. Referiu-se ao artigo 65.º, da Constituição Portuguesa, um artigo de abril de 1976, se não falha a memória, já vai na sétima revisão, está-se a falar de 45 anos. Assim como o Colega falou, também tem vindo a falar na dificuldade de aquisição de habitação em Vale de Cambra, passou pessoalmente por essas dificuldades e tem muitas pessoas conhecidas que passaram pelo mesmo. Tem muitos amigos de Vale de Cambra que já não vivem cá, precisamente pela dificuldade da aquisição da habitação em Vale de Cambra. Isto ocorreu muito, nos últimos 30 anos, houve uma grande especulação imobiliária em Vale de Cambra, pela qual os preços eram extremamente difíceis na aquisição para um comum habitante. Isso levou a grandes dificuldades, que deu resultados nos dias de hoje. Quem quer comprar se pode, compra fora, se não pode, fica a degradar-se, o que leva a que com o tempo se foi degradando e não se conseguiu combater esta dificuldade pelas políticas que se foram desenvolvendo, políticas sociais e de habitação. Essa dificuldade criamo-la até aqui e de repente parece que encontramos uma solução. Será que vamos conseguir implantar desta forma? Parece só a cara do processo. Para além das dificuldades pelas quais passamos, o próprio documento, por várias vezes e repetitivas, menciona as palavras: promover, apoiar, assegurar, incentivar, decidir, impulsionar, apoiar, consolidar. São palavras de alerta. É o resultado da grande necessidade de intervir nesta área em Vale de Cambra. Como nunca foi feita ou não foi feito de forma



2021.05.14

ATA N.º 3.1.2021 / AM

FL. N.º 190

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assegurada, está aqui outra dificuldade, fazer isto em 4 ou 5 anos, e mudar de repente o espelho da possibilidade de aquisição de uma boa habitação em Vale de Cambra.-----

No uso da palavra, o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, após cumprimentar todos os que acompanham a transmissão, os presentes no Centro Cultural, inclusivamente a Equipa da Agenda Urbana, a quem agradeceu o documento incisivo que apresenta e que põe a descoberto muito que nem suspeitavam e muito daquilo que diziam em surdina. Aos Deputados Municipais, além da avaliação técnica que já fez, um excelente documento, cumpre também fazer uma avaliação política, o que fará ao longo da sua intervenção, com boa vontade e conhecimentos que, não são muitos, mas são alguns.-----

Proferiu a seguinte intervenção que se transcreve de acordo com o seu pedido à Mesa: “O novo PDM, reafirmamos, deveria ser mais inclusivo no que à Estratégia Local de Habitação e à Carta Municipal de Habitação diz respeito, instrumentos básicos de apoio à coesão social, territorial e demográfica.-----

É um dos pontos mais fracos do documento, em revisão que põe em causa a sua sustentabilidade.-----

É de extrema importância a integração destes instrumentos, nomeadamente da Carta Municipal de Habitação no coração do novo PDM, sustento primeiro da proposta modelo de governação, ponto 3.4 (páginas 44, 45 e 46 do documento) e do ponto de vista 3.3 / articulação com outras políticas territoriais e setoriais, onde, no 2º parágrafo se escreve, cito: “Vale de Cambra é um concelho muito centralizado na sua sede.”-----

Razão temos nós, oposição, quando nos referimos ao tema e utilizamos o termo “Centrão Especulativo”. Confirma-o o documento que é da autoria da maioria CDS que governa a Câmara.-----

A Estratégia Local de Habitação, desligado do todo demais, será sempre e apenas um motor de recurso, uma alavanca no edifício.-----

Afirma-o quem domina a área, fonte de sustento desta nossa afirmação.-----

A Carta Municipal de Habitação, Lei 83/2019, de 3 de setembro, é, no momento, o instrumento motor municipal de futuro.-----

REOT's, ARU's, Planos de Pormenor, PDM, etc etc, quaisquer um deles, desintegrados do todo, não vão servir para o pleno progresso e bem-estar do Concelho.-----

Todos eles têm de interagir de forma coesa e sustentável, alavancados nas leis e nas necessidades estratégicas prioritárias do Concelho.-----

Já o sustentamos na última discussão feita no gabinete do PDM dia 23 de abril de 2021.-----

Voltamos a sustentá-lo na Assembleia Municipal de 30 de abril de 2021.-----

Retomamos o tema aproveitando a Assembleia Municipal de hoje, 14 de maio de 2021 onde, no ponto 1 da Ordem de Trabalhos, se vai debater a:-----

Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra, que consubstancia uma candidatura de 1º Direito, que, de todo, é indissociável do tema global que é o do Ordenamento do Território Concelhio.-----

Primeira questão:-----

A Estratégia Local de Habitação pretende “confinar” a Carta Municipal de Habitação?-----

É que, no corpo do documento ora em apreciação nesta Assembleia, ponto 1, página 3, diz-se, cito: “A política municipal da habitação dos municípios deve integrar a política municipal de habitação nos instrumentos de gestão territorial.”---

A Estratégia Local de Habitação desintegrada dos instrumentos de gestão territorial, pouco alavanca para um bom desempenho, ela terá de ser integrada no novo PDM e na Carta Municipal de Habitação, que, no seu todo, completam o



2021.05.14

ATA N.º 312021/At

FL. N.º 191

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quadro das necessidades estratégicas e políticas de habitação.-----

Face ao cenário atual, página 10, mais alojamento / menos pessoas. Entre 2001 e 2011 temos mais 244 famílias e mais 1691 alojamentos familiares clássicos, em que mais de 80% são proprietários que as ocupam.-----

Pergunta-se:-----

O que é que se pretende com esta candidatura ao 1º Direito? Implodir uma política de baixos rendimentos?-----

Para nós, oposição, não é um /nem o instrumento suficiente.-----

Também se conclui, página 11, cito: “Ausência em Vale de Cambra de uma tradição de previsão de habitação pública.”-----

Também se escreve, página 12, que “o arrendamento não se consolida”. Porquê?

E reforça-se o ponto, página 13, afirmando-se que há, cito “dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento para os escalões de mais baixo rendimento,”, subentendendo-se pobres / carenciados: tudo isto enquadrado no conceito de habitação digna nos termos do proposto pelas Nações Unidas (1º Direito).-----

E na página 17, destacamos, passo a citar “constata-se que a aposta municipal não tem vindo a ser na promoção da habitação social, de sua prioridade, e que vise instalar famílias mais carenciadas ao abrigo de arrendamentos mais modestos e socialmente adaptados ao rendimento das famílias.”-----

Não é novidade nenhuma. Todos sabem disso.-----

Na página 18, falam, cito “dois terrenos da Câmara: 1 arrendado e está cedido à Cruz Vermelha Portuguesa”.-----

Na página 19 conclui-se, cito “ a Autarquia deverá ter uma palavra ativa na oferta de habitação de cariz social e/ou de custos acessíveis”, o que contraria a teoria e a propaganda do salário médio elevado.-----

Página 20 – Ponto 2.3, lê-se: “Trata-se de um número significativo de famílias carenciadas a necessitarem de apoio no acesso à habitação que deve ser objeto

de particular atenção... grave problema, e quantifica na página 21.-----

Página 22, em síntese, cito: “ainda existe no Concelho um número considerável de famílias com carência habitacional.”-----

E passamos ao Ponto 3 / Estratégia Local de Habitação.-----

Página 23: Missão-----

Poder-lhe-íamos chamar Projeto da Missão 80.-----

Pretende consubstanciar uma candidatura ao Primeiro Direito.-----

Para ser elegível terá de fazer o enfoque na insalubridade, insegurança, precariedade, inadequação e sobrelotação.-----

São projetos para minimizar a pobreza que, para serem elegíveis ao abrigo do Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de janeiro, têm que respeitar / cumprir estes quesitos.-----

É uma matriz de soluções habitacionais previstas no âmbito do 1º Direito, sujeita a um enquadramento e a uma programação, com uma estimativa de custos, discriminando custos por soluções, nomeadamente os de 1.000€/m2 para reabilitação, e de 1.300€/m2 para novas construções, podendo os T1/T2 e T3 irem, nos casos de reconstrução, de 52.000€/72.000€ até 91.000€/respetivamente, e de 67.600€/93.600€ até 118.300€, nas novas construções. -----

Em termos globais, o Projeto Missão 80 irá custar 5.816.400€, com uma calendarização 2021/2024 e assume que o sucesso vai depender, cito: “da capacidade de aprofundar o princípio da participação.”-----

Se a maioria CDS que está na Câmara e na Assembleia Municipal seguirem os seus princípios, nomeadamente o da participação da oposição na alavancagem de ideias e projetos, que reduziu a quase zero, encaramos, com muita preocupação, a filosofia subjacente ao êxito desta candidatura ao 1º Direito.-----

Todos os demais estão consubstanciados no documento que hoje aparece pela



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL. N.º 192

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeira vez na Assembleia Municipal, isto é, elaborado sem a almejada participação dos demais parceiros não majoritários nesta Assembleia.-----

Até nem às “justificações” tivemos direitos. Assim “funciona” a maioria CDS que está na Câmara.-----

Ao todo são 103 páginas de papel que, pese embora elaboradas pela maioria CDS que está na Câmara, daí o contraditório, desmentem o apregoado “Eldorado” concelhio e deixam a descoberto que o salário de muitos não chega para quase nada, nem sequer para suprir as necessidades decorrentes do 1º Direito.”-----

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta que o tempo de intervenção se esgotou.-----

O Sr. Deputado António Augusto de Pinho Soares de Almeida continuou: “É uma insuficiência que “castiga” fortemente os carenciados do Concelho.-----

O rendimento per capita / por cabeça / de cada um, para muitos Valecambrenses, ainda é muito “curto”, pese embora a propaganda do “mito per/capita elevado”. Se dúvidas houvesse, este documento de consubstanciação desmente-o de forma categórica. É caso para dizer: a maioria CDS contraria a maioria CDS.-----

O Projeto Missão 80 direciona-se para os mais carenciados. É justo que assim seja, pese embora tenha sido o CDS majoritário que alimentou este desígnio.-----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pedindo ao Sr. Deputado que concluísse a sua intervenção. -----

Retomou a palavra o Sr. Deputado, concluindo: “A nós, oposição, compete-nos recomendar à maioria CDS que evite fazer mais “curvas” sobre este assunto, porque, quantas mais “curvas” mais prejuízos irão resultar no que aos direitos dos mais carenciados se refere.-----

A acrescentar sobre o todo escrito, falta avaliar o quão impactante será o efeito covídico / da pandemia Covid-19, sobre a Estratégia Local de Habitação, no que

ao caso concreto se refere, que é uma candidatura ao 1º Direito / acesso à habitação.-----

Finalizamos esta nossa abordagem recomendando que estas medidas não sirvam de “aventala” para a Câmara Municipal/maioria CDS, fugir às suas responsabilidades, nomeadamente à envolvência técnica, material e de solos, consolidando projetos de raiz consubstanciados no global das necessidades do novo Plano Diretor Municipal e da Carta Municipal de Habitação.”-----

Interveio o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, depois de ter ouvido uma “campanha eleitoral em bom estilo”, não irá entrar por aí, mas ser breve. É um assunto de trabalho, não é época eleitoral ainda, nem pré-eleitoral.-----

O documento está muito bem elaborado é, na sua opinião, um instrumento de trabalho para a Câmara Municipal, que com rigor e no tempo estudar e analisa-lo e ver onde pode atingir com o seu próprio orçamento. Esta Assembleia Municipal foi mais convocada para que a mesma se pronunciasse sobre a candidatura, o resto do documento é um instrumento ótimo que deve ser lido e avaliado, mas que hoje o importante, em sua opinião, é a candidatura ao 1.º Direito.-----

Ficou agradavelmente surpreendido de haver apenas 80 famílias com condições indignas de viver. Afirmou conhecer bem o Concelho, e na sua parte rural, se as coisas forem bem avaliadas, acha que vão atingir valores superiores a este. -----

É uma primeira ação que é de louvar e que acha a Câmara Municipal, deve levar até ao limite, deve fazer todos os esforços no sentido desta candidatura ser aprovada e depois concretizada, pois são seis milhões de euros que vêm para o Concelho e encher de alegria algumas famílias, infelizmente poucas, mas é o que é possível para já.-----

Deixou a seguinte pergunta: Essas famílias alojadas nessas habitações – T1, T2, T3, pela sua morte, deixam de ter propriedade ou é transmissível aos seus



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 193

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

herdeiros. -----

No uso da palavra o Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Sr. Manuel Correia de Campos, cumprimentou os presentes e todos os que seguem a sessão, assim como ao Prof. Álvaro Santos a quem disse elaborou um programa de excelência. Acrescentou que, um programa de apoio a famílias carenciadas não deve ser criticado, que deviam ficar contentes pelo motivo de haver algo que se faz em Vale de Cambra. Mas, que a opinião dos outros tem de ser ouvida. Queixam-se que a habitação é muito cara em Vale de Cambra, é verdade. Queixam-se que não há habitação, pelo que perguntou: os senhores que têm casas degradadas porque não aproveitam esta candidatura para colocar as casas em condições e alugá-las a preços condignos com as famílias? Os senhores que têm terrenos para construção que pedem a 100€ porque é que não os vendem a 20€ para os jovens fazerem casa? -----

Quanto à diminuição de famílias referiu que antigamente os casais tinham 5, 6, 7, 18 filhos, hoje têm 1. Não digam que é pessoal que foge daqui. Não, o pessoal é que não tem filhos. É um problema de todo o País. Todos sabem, ainda assim vêm acusar o elenco da Câmara Municipal, se não fazem estão a dormir, se fazem são uns "sacanas". Temos de olhar para o que está a ser aprovado, não é olhar para trás, dizer mal, qualquer um diz, destruir qualquer um destrói, construir é que não vê ninguém. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva disse que, após as intervenções, lhe apetecia dizer muito, mas que iria ser contido nas suas palavras que, por norma, tendem a ser mal interpretadas.-----

Referindo-se à intervenção do Sr. Henrique Dias, disse-lhe que era esse o ponto, pois que a Estratégia Local de Habitação consubstancia uma candidatura ao 1.º Direito. Isso é o grande objetivo neste momento, nesta data, nesta oportunidade

que se pode traduzir na arrecadação de alguns milhões de euros, para Vale de Cambra, e disse “pode” porque uma candidatura não é um dado adquirido. Isto é que é importante, independente de tudo aquilo que se disse mal de Vale de Cambra, houve intervenções que denegriram a imagem de Vale de Cambra, que puseram nos píncaros os concelhos aqui à volta. Sendo das Terras de Santa Maria, somos Autarcas solidários, Municípios solidários, temos espírito e princípio mas, obviamente, temos que ter orgulho na nossa terra, temos que ter brio naquilo que fazemos e temos que defender acerrimamente os nossos limites geográficos independentemente daquilo que sejam as políticas supra-municipais. Referiu não aceitar que se venha para aqui dizer mal de Vale de Cambra e dos Valecambrenses, dizer que os outros são bons e que nós somos todos incapazes e que o nosso Município é um Município de miséria. Obviamente que não pode nem vai aceitar isso. É precisamente o contrário, Vale Cambra Município está a crescer, é um Município que tem empresas sólidas, empresas que são líderes europeias na sua área empresas, que estão a crescer, empresas que empregam, empresas que, neste momento, mesmo numa fase de pandemia, continuam à procura de novos colaboradores, portanto, são empresas que estão abertas ao crescimento. Vale de Cambra e os empresários de Vale de Cambra são pessoas de bem, que vão continuar a investir na nossa terra. -----

Se olharmos para aquilo que têm sido nestes últimos anos mais próximos, o crescimento da construção em Vale de Cambra, verificamos pelos números que nos foram transmitidos pela Equipa da Agenda Urbana mas também sentimos no dia-a-dia, olhando em volta, a construção a crescer. Obviamente que se estivermos a falar da habitação de qualidade é mais cara. Mas também temos que olhar para aquilo que tem sido feito por alguns investidores, uma “moda recente” de requalificar casas para o mercado do arrendamento e de investir mais no mercado arrendamento. Todos têm essa perceção que há investidores



2021.05.14

ATA N.º 3/2021 / AM

FL. N.º 194

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vocacionados para a área do arrendamento e que vão continuar a investir em Vale de Cambra, na área do arrendamento. Estamos nesta fase a lutar contra aquilo que era o não investimento em Vale de Cambra na construção, mas também no mercado do arrendamento. Tudo aquilo que tem sido feito é visível, honra seja feita aos investidores privados, porque a construção do município faz-se com políticas municipais, com políticas públicas mas faz também muito à custa daquilo que são os investimentos privados, não pensemos o contrário. Se quisermos pôr tudo no setor público, obviamente que o setor público não tem capacidade financeira, nem capacidade para resolver todos os problemas associados à habitação e associados a outro tipo de situações. Estamos, neste momento numa fase, em que é notório o crescimento de Vale de Cambra e o investimento que se faz na área da habitação. Se existem dúvidas quanto a isso, é consultar as entidades e as empresas que fazem construção, saber das pessoas que estão ligadas ao setor a quantidade de investimento que se tem feito nos últimos tempos. Isto são indicadores.-----

O PDM é um documento que está em estreita articulação com esta Estratégia Local de Habitação, portanto são dois documentos que correm em paralelo que se sobrepõem, que se casam na perfeição naquilo que é esta Estratégia Local de Habitação e a sua plena integração no PDM.-----

Por fim, referiu ter ouvido uma intervenção que foi algo confusa e que foi muito focada em questões partidárias. Esta Estratégia Local de Habitação não deve ser vista, nem pode ser vista como uma questão partidária. Esta é uma questão municipal, é uma questão do interesse e do bem-estar daqueles que necessitam e que têm menos bem-estar, portanto é muito focado no social, por isso é que houve o envolvimento das Juntas de Freguesia, o envolvimento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Conferências, uma participação alargada. Houve também uma participação muito ativa da DASDEC da Câmara

Municipal que fizeram este levantamento com um profundo conhecimento que tem da matéria, com o profundo conhecimento que tem das carências, por um lado das famílias, mas também das carências habitacionais. Esse trabalho foi feito em estreita articulação entre a Agenda Urbana a DPAGU e a DASDEC da Câmara Municipal. Estamos perante um documento de futuro, que visa essencialmente suprir carências ao nível do nosso Município e que entronca essencialmente numa Candidatura ao 1º Direito. -----

Acabou referindo, tal como começou, que o Deputado Henrique Dias tem obviamente toda a razão quando faz essa referência.-----

Fazendo referência a um argumento que insistentemente é abordado por alguns Membros da Assembleia Municipal, que tem a ver com a diminuição da população, disse que esta não é uma questão exclusivamente de Vale de Cambra, é uma questão nacional sendo que todas as Entidades e o País têm esse assunto na ordem do dia. Acredita que não existam soluções milagrosas para resolver o problema, mas obviamente temos que continuar a lutar contra essa questão.-----

Terminou apelando novamente à aprovação deste documento por unanimidade, porque efetivamente é a primeira vez e até podem vir aqui com argumentos partidários que, em sua opinião, não são argumentos válidos, o que é certo é que pela primeira vez têm esta oportunidade e não a devem perder. É algo extremamente importante para o Concelho. Quando pediu a aprovação por unanimidade deste documento é efetivamente pela importância que ele encerra em si. Deixou o desafio aos Membros desta Assembleia Municipal.-----

Concedida a palavra ao Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, para uma intervenção complementar, disse ao Sr. Presidente da Câmara que ele sofre de um mal, pois não ouviu nenhum Deputado Municipal a falar mal de Vale de Cambra, têm é discordâncias e em democracia isso é



2021.05.14

ATA Nº 3/2021 / AM

FL Nº 195

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante e têm de aceitar. Disse ter começado a sua intervenção referindo que o programa até é pouco ambicioso, devia ser mais ambicioso, portanto não está contra o programa em si. O que disse foi que o Sr. Presidente começou logo por dar um tiro no pé ao alocar um lote de terreno que era para a construção social metendo lá poste da EDP. O Sr. Presidente não gosta muito de ouvir isso, mas não está a falar mentira, isto é verdade. Convidou a passarem no local e verem, trata-se de uma ilegalidade urbanística. O Sr. Presidente da Câmara tem que explicar aos jovens que saíram deste Concelho, e estando em funções há 8 anos na Câmara, porque é que eles saíram de Vale de Cambra. É por a habitação ser barata cá? Não é! É por ser cara e o Município tem que ter sempre instrumentos de gestão no PDM, até porque baixou as taxas de construção e as taxas de construção foram para o bolso dos empreendedores imobiliários, porque não baixaram o preço dos apartamentos, meteram dinheiro no bolso e continuam a meter dinheiro no bolso e a habitação continua a ser mais cara em Vale de Cambra. Desafiou o Sr. Presidente da Câmara a virar-se para os Valecambrenses jovens e a dizer isso. Disse-lhe que ele tem alguns jovens autarcas do seu partido, que não referiu por nome, que também tiveram de sair do Concelho porque não tiveram possibilidade de comprar e foram para os Concelhos vizinhos. Citou o ponto da página 12, do Estudo, no último parágrafo: No que diz respeito ao mercado de venda de habitação verifica-se um aumento do valor mediano de venda de mais 17%, em 2 anos. Afirmou que o aumento foi maior do que os 17%. Pergunte-se às pessoas que estão a ouvir, os seus filhos e os seus netos não têm hipótese de comprar em Vale de Cambra. Pediu ao Sr. Presidente que o dissesse "olhos nos olhos". Ninguém está a fazer campanha eleitoral, estão a falar de realidades, mas o Sr. Presidente veio logo com o chavão que estão a falar mal de Vale de Cambra e dos empresários, quando ninguém falou mal dos empresários. Todos têm direito à sua palavra e é inadmissível que o Sr. Presidente tenha este

documento, faça a correr uma reunião da Câmara Municipal extraordinária, os Vereadores tiveram dois ou três dias para o analisar, depois são chamados os Deputados Municipais a correr, dão os documentos e parece que não têm mais nada que fazer. O Sr. Presidente já poderia ter dado o documento, se não antes há 8 dias, pois já o tem há mais de um mês na sua posse. No dia da reunião extraordinária da Câmara tinha logo enviado aos Deputados, pois têm um dia para analisar um documento com 103 páginas. Qual é a pressa? O Professor Álvaro Santos disse na sua intervenção que Vale de Cambra deve ser dos 3 a 4 primeiros Municípios a apresentar este trabalho, crê que a Candidatura não fecha daqui uma semana, mas daqui a uns meses porque senão dos 304 Municípios só três ou quatro apresentavam candidatura. O Sr. Presidente veio aqui com pressa e vem condicionar os Deputados Municipais ao dizer que quer uma votação por unanimidade. Mas unanimidade para quê? Isso é na Coreia do Norte. Todos têm direito à sua opinião. Podem até concordar genericamente com o documento mas em alguns aspetos discordar, e o Sr. Presidente tem de ser democrata, admitir a discussão e o debate de ideias.-----

Para finalizar, apelou novamente ao Sr. Presidente que se virasse para a câmara e que dissesse aos filhos e netos que saíram deste Concelho porque não têm dinheiro para comprar habitação em Vale Cambra, porque ela é muito cara.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias, para uma intervenção complementar, referindo que quando o Sr. Presidente da Câmara pede a unanimidade na aprovação deste documento, não é do Documento que o Doutor elaborou, não é da política Estratégica Habitacional do Concelho, mas da candidatura ao 1º Direito. É isso que têm de votar, pode ser um pormenor de decisão o ter sido aprovado por unanimidade ou por maioria. Isto não é uma questão política, é uma questão de constituir uma candidatura de interesse concelhio que vai beneficiar 80 famílias. Não entende onde está o mal das



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 196

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pessoas votarem favoravelmente. Este documento vai ser aprovado, mas era bonito e sério até, ser aprovado por unanimidade, porque é um benefício para o Concelho, não é um benefício para o CDS.-----

Relembrou a pergunta feita na sua anterior intervenção. -----

No uso da palavra, para uma intervenção complementar o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, referiu: “Isto é para o Senhor Henrique Dias, árbitro da questão, mas mete os pés pelas mãos e as mãos pelos pés. A divergência de opiniões é democracia, não é política. Política fez o Senhor agora quando disse que devíamos votar todos favoravelmente. O documento está bem feito, já o dissemos. Não é preciso fazer política para dizer que temos que votar. Apoiamos candidaturas ao 1.º Direito. Não é de empresas que se fala neste ponto, mas de habitação, o Sr. Presidente da Câmara vem falar de empresas mas estamos a falar de habitação. É a primeira vez aqui e nos outros Concelhos todos do País. Ninguém disse mal de Vale de Cambra, ninguém criticou o programa do professor Álvaro Santos, um programa muito bem feito. Agora as consequências políticas é que estão em debate, ou seja, a ocultação do documento sem podermos sequer opinar. Isso é que é prevalecer o direito do diálogo e do debate. Senhor Henrique Dias não venha lá com as suas habilidades, já estou cheio das suas habilidades.”-----

Interveio o Deputado Municipal, Henrique Dias, em intervenção complementar, dizendo ao Deputado Municipal António Augusto Almeida que não está aqui com nenhuma habilidade, nunca foi habilidoso, está aqui na defesa dos interesses do Concelho porque foi para isso que foi eleito. É por isso que defendeu uma votação por unanimidade, não é por interesse pessoal ou partidário, mas do Concelho. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, respondendo ao desafio do Deputado Municipal

Albano Braga, disse não ter nenhum problema de olhar nos olhos das pessoas, e nos olhos do Senhor Deputado, porque tentou pôr na sua pessoa a responsabilidade dos jovens que saíram de Vale de Cambra. Acrescentou que o Sr. Deputado agora diz que é “parte”, mas que dali a pouco seria “parte da parte”, agora é tarde a afirmação está feita. Obviamente, não se sente minimamente responsável pela saída dos jovens Valecambrenses. Sempre lutou contra isso. Quando era autarca de Freguesia, já em 1990, lutou muito contra essa preocupação, porque já nessa altura sentia esse problema no Concelho. De 1990 a 2021, estão a falar de 30 anos e durante esse período muito pouco foi feito em relação a esta matéria, e os jovens efetivamente continuaram a sair de Vale de Cambra. Recordou que, quando chegaram à Câmara Municipal, tiveram a preocupação de reduzir as taxas, de criar incentivos à construção e à requalificação e, hoje, sente-se, os próprios números o indicam, sente-se mais construção, sente-se mais investimento, mais investidores que vieram de fora para investirem em Vale de Cambra, ao contrário do que aconteceu durante anos em que houve uma grande estagnação nessa matéria. Acredita que os preços deverão e terão de baixar com o aumento da oferta. Quanto ao segmento do arrendamento, este também está a crescer no Concelho. Portanto, não aceita essas críticas e, com a frontalidade que lhe foi pedida, de olhar olhos nos olhos a todos os Valecambrenses, fá-lo sem qualquer problema de consciência e na certeza de que estão a fazer aquilo que é possível, a aplicar e a usar as medidas e as políticas possíveis, para ativar a construção no Concelho, que hoje é efetivamente uma realidade.-----

Quanto à questão colocada pelo Deputado Municipal Henrique Dias solicitou ao Sr. Engenheiro Álvaro Santos que desse a resposta, se a souber prestar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, lembrou também a questão da urgência ou não de decisão. Acrescentou,



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL. N.º 197

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda, para que dúvidas não restem que, a Mesa cumpriu todos os prazos regimentais na convocação desta sessão, não precipitaram nem forçaram ninguém, para além do que está previsto na Lei e no Regimento.-----

Concedida a palavra ao Sr. Doutor Eng.º Álvaro Santos agradeceu, desde logo, os elogios ao trabalho feito, mas que não se sente como único recetor, uma quota parte muito ínfima sim, mas que partilha com a sua equipa, estando presente na sessão um dos elementos, o Sr. Arquiteto Paulo Valença, mas também o Professor Miguel Branco Teixeira que hoje não pode estar, e também o o Professor Paulo Conceição, que foi o Coordenador da Estratégia do Porto e de que muito se orgulham por fazer parte da equipa. Mas, que partilha também com as equipas técnicas da Câmara Municipal de Vale de Cambra pois foram inexecutáveis. Os agradecimentos têm de ser divididos por todos.-----

Quis ainda dizer que, nunca sentiram nenhum constrangimento em escrever o que quer que fosse, ou seja, não houve nenhum lápis azul neste documento, tiveram toda a liberdade para analisar a informação, para retirar as conclusões, para sugerir, dar caminhos e apontar pistas. Isto é uma coisa natural, porque o 25 de abril de 74 já lá vai, é assim que se constrói, é importante esta discussão política a que estão a assistir. As questões da participação envolvem momentos mais acalorados, a opinião de todos é importante e deve ser incentivada. Para que fique claro, referiu que, não houve por parte da Câmara Municipal uma única vez, um único cabelo que possa ser apontado no sentido de dizer “aquele adjetivo ali está um bocadinho desenquadrado, é um bocadinho mau para o nosso Município”, nunca sentiram isso, houve total liberdade, com toda a transparência e com toda a abertura.-----

Respondendo à questão de urgência, referiu que há algo muito importante em jogo. No final de fevereiro, o Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que tutela a pasta da habitação, anunciou que as primeiras 26000 famílias

carenciadas que se apresentarem ao programa 1º Direito poderão ter uma comparticipação a 100% de fundo perdido, proveniente da chamada “Bazuca”, do Programa de Recuperação e Resiliência que ainda não está aprovado por Bruxelas. A urgência é esta. Esta é uma grande urgência e uma necessidade. A sua equipa fez das tripas coração para fazer a Estratégia no prazo muito curto, para prolongar o diagnóstico indefinidamente. Como referiu foram identificadas 80 famílias, mas poderiam ser 160, 100 ou 120, é um primeiro diagnóstico. Pediu que não o vejam como um documento fechado. Para o orçamento e para a gestão do dinheiro de todos é importante terem 5,8 milhões a fundo perdido ou ter metade disto, faz toda a diferença, para mais num prazo de tempo tão curto, que é de 4 ou 5 anos, embora o programa se possa estender até 2026. -----

No que se refere à questão colocada pelo Deputado Municipal Henrique Dias, respondeu que das 80 famílias identificadas, 40 são beneficiários diretos portanto são proprietários da sua própria habitação, e para esse universo a sucessão é uma sucessão natural, são as leis gerais, se acontecer algo de mau os herdeiros asseguram esse património que foi entretanto beneficiado. Entretanto, o que é património do Município é um património que estará arrendado e é propriedade do Município, acontecendo alguma tragédia à família, se não houver mais elementos na família, a habitação fica disponível para colocação de outra família que cumpra os critérios para ter direito ao usufruto dessa habitação.-----

Referiu, de seguida, que a Estratégia poderia ser mais ambiciosa, também poderia ser menos ambiciosa, mas é importante ter presente que há uma análise à elegibilidade das famílias carenciadas e há uma conjugação de dois fatores: das condições físicas do edifício onde a pessoa habita e a carência financeira do agregado familiar. Essa carência financeira está quantificada, corresponde ao máximo de quatro IAS (Indexante dos apoios sociais), que basicamente corresponde a cerca de 1700€ de rendimento médio mensal de todo o agregado



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL N.º 198

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

familiar. Portanto só as pessoas que tiveram nesta condição é que são elegíveis, o que em alguns casos reduz muito o universo que poderá ser elegível. Recordou que o Programa 1.º Direito é só para as famílias carenciadas, para as famílias que viviam em condições habitacionais indignas, para aquelas mais desfavorecidos de toda a sociedade. Essas, neste momento, foram identificados 80, o que não quer dizer que amanhã não haja mais. A Lei permite que a Estratégia seja atualizada a cada seis meses. Hoje podem haver 80 pessoas, amanhã podem haver 120 ou 160, é a dinâmica do processo, isto nunca é um processo fechado. O contributo de todos para identificar as famílias juntos dos serviços sociais da Câmara Municipal de Vale de Cambra é importante para que este número esteja sempre atualizado o mais possível. Referiu que foi feito com muito rigor por parte dos serviços da Câmara Municipal.-----

A parte dos beneficiários diretos cujo investimento total se cifra na ordem dos 2.600.000,00€, se não for a 100% de fundo perdido, as famílias terão que avançar também com algum capital próprio e esse capital próprio depende do rendimento das famílias. Essa avaliação é feita de acordo com os rendimentos de cada família pelo IHRU e pode ir até ao máximo de participação de 90% em condições normais, se forem pessoas com baixos rendimentos, mas o remanescente seja 90%, seja 80, 50 ou 60% pode também ser concedido crédito, pois o próprio IHRU tem mecanismos financeiros, de facilidade ao crédito bonificado para que complemente o investimento das famílias. Portanto, só numa situação muito extrema é que uma família não terá apoio e não terá condições para melhorar a sua situação habitacional.-----

Elaborar uma Estratégia Local de Habitação é fácil, difícil é implementá-la, portanto não inveja a tarefa da Câmara Municipal e de todos que fiscalizam, que acompanham e que vão contribuir para a sua implementação, porque aqui é que está o busílis da questão. Um investimento tão elevado num tão curto espaço de

tempo é, de facto, uma ambição muito grande. Com certeza todos vão contribuir para que isso seja viável.-----

Há uma reflexão que todos devem fazer e para a qual todos devem contribuir, em sua opinião, não temos soluções milagrosas mas verifica-se que o último dado do INE relativamente aos fogos vagos no Município de Vale de Cambra apontava para 963 fogos. Estes quase 1000 fogos vagos que existem em Vale de Cambra precisam de ser colocados no mercado por exemplo do arrendamento ou de transação de compra e venda, mas pelo menos de arrendamento. Se este contingente de 1000 fogos fosse colocado no mercado de arrendamento com certeza que os preços iriam descer, é a lei da oferta e da procura. Não estão no mercado de arrendamento porque com certeza os proprietários não precisam desse rendimento, ou porque não têm incentivos, mais até de âmbito nacional do que propriamente local, para os colocar no mercado de arrendamento. O Município aqui pode fazer alguma coisa mas terá sempre um papel muito reduzido porque a política fiscal é definida na sua grande maioria a nível central. Deixou este desafio, de se olhar para estes 963 fogos e criar soluções para incentivar os seus proprietários a colocar este contingente no mercado de arrendamento. Entende que, contribuiria, de certa forma, para resolver os problemas da habitação de Vale de Cambra, que não são só de Vale de Cambra, assim como os problemas demográficos também não só de Vale de Cambra, mas sim do País. A título de exemplo, citou a situação de estagnação demográfica de São João da Madeira e da perda de população em Espinho, neste caso até bem mais do que em Vale de Cambra. As questões da demografia têm muito a ver com a questão de emprego, as pessoas vão para um Concelho onde há emprego. Felizmente, o Concelho de Vale de Cambra é um concelho pujante em termos de criação de emprego. Agora para a população aumentar em Vale de Cambra nos próximos anos precisa aqui de um contributo de todos para que as condições



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL. N.º 199

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitacionais possam ser mais facilitadas, para que as pessoas que trabalham aqui possam viver aqui, pois é um Concelho com muita qualidade de vida.-----

A questão da Carta Municipal de Habitação que aqui foi referida é algo que está preconizado na Estratégia, é uma figura inovadora que está prevista na Lei de Bases da Habitação mas que ainda não está regulamentada. Em linguagem simples, referiu que a Carta Municipal de Habitação é filha do pai PDM e da mãe Estratégia Local de Habitação, é do casamento entre os dois - do PDM e da Estratégia Local de Habitação que vai sair a Carta Municipal de Habitação, que é o reflexo da estratégia do ponto de vista territorial. Ainda não está regulamentada, estará certamente para breve e que fica aqui facilitada com a articulação que tem existido entre os trabalhos de elaboração do PDM e da Estratégia.-----

Mais acrescentou que, quando se falou de insalubridade, precariedade, sobrelotação, inadequação são quatro tipologias de carências habitacionais que estão previstas na legislação, e que estão referidas por isso na estratégica, não devem ser confundidas com o que existe na realidade em Vale de Cambra. Das 80 famílias, 71 são apontadas em situações de insalubridade e 9 em situações de precariedade. Não se detetaram situações de inadequação ou de sobrelotação tal como está referido na Lei.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, agradeceu ao Engenheiro Álvaro Santos o esclarecimento adicional, técnico, que permitiu que não ficassem dúvidas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, subscreveu este agradecimento.-----

É um tema importante e diria apaixonante, por isso merece continuemos analisá-lo e discuti-lo, enfim, a fiscalizar o trabalho desta equipa.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, para dizer que, o Sr. Presidente, sessão após sessão, continua a ser

deselegante, porque quando disse que o Sr. Presidente já está em funções há oito anos, é evidente que não tem a responsabilidade toda na saída dos jovens. Quando falou precisou que estava em funções há 8 anos, evidente não tem a responsabilidade toda na saída dos jovens porque é um movimento que já se vem sentindo há 20, 25 anos. Pediu-lhe que não fosse deselegante, que escutasse primeiro, pois que se referiu à responsabilidade destes 8 anos e não da totalidade dos 25 anos.-----

Interveio o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferindo: “Há pouco, quando fiz a minha primeira intervenção, disse que pretendiam confinar o PDM e a Carta Municipal de Habitação com esta Estratégia Local de Habitação e o Senhor Engenheiro acaba por me responder, se calhar, sem ser à minha pergunta. Há aí um ponto em que ainda tenho dúvidas. Na especialidade, o tempo que eu tive aproveitei-o para ir estudando este enfoque da Estratégia Local de Habitação versus Carta Municipal de Habitação e como tenho tempo e gosto de fazê-lo e de ficar esclarecido fui correndo os documentos que me apareciam aqui no computador e passei pelo Porto, por Lisboa e passei pelos pareceres também de outros instrumentos que se põe à disposição nesta área de informática. E, há aqui um ponto que eu copiei o primeiro texto e, em resumo, vou ler o que diz o documento, porque aquilo que o senhor nos disse agora parece que não alavanca bem esta ideia que está aqui expressa: A ELH, a Estratégia Local de Habitação, deve ser entendida como um princípio estruturador/alavanca com a vantagem de ser financiada pelo Estado Central e a Carta Municipal de Habitação é um instrumento Municipal de futuro. Remetem que esta Estratégia Local de Habitação e a Carta Municipal de Habitação, tal e qual como eu disse na minha intervenção, devem fazer parte e integral de um todo, de coesão, nesta área da demografia e da habitação. Mas não diz, eu entendi que o Sr. Engenheiro disse que a ELH seria a mãe da Carta,



2021.05.14

ATA N.º 31/2021/AM

FL N.º 200

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ora bem não é isto que eu entendo aqui do documento, mas também se estiver errado aceito. O debate é importante para esclarecer, não é para dizer isto ou aquilo, mas para esclarecer. De facto, também a Autarquia do Porto teve receio de pegar nesta Carta Municipal de Habitação tal como o Sr. Engenheiro disse, mas baseado na falta de Portarias e de Despachos que sustentem. Aqui está o problema. Eu já o disse e até de forma muito recomendada ao nosso Presidente da Câmara quando foi o processo de descentralização, disse, pelo menos duas ou três vezes, e isto é que é uma parceria de recomendação e de participação não é fechar a porta nas costas e dizer que disse mal disto ou daquilo, eu não disse mal de ninguém, eu quero o bem do Concelho e das pessoas mais carenciadas. Então neste ponto, eu disse na altura da descentralização ao Sr. Presidente e muitos outros também sugeriram, faça as contas porque dá-me ideia que o Estado Central quer é despachar isto e os custos são nossos e os proveitos são deles. Aqui na Carta Municipal de Habitação o figurino é o mesmo, as Autarquias até gostariam de pegar neste instrumento de uma forma mais encorajadora porque ele alavanca, é um instrumento Municipal de futuro, mas tem as dúvidas na fundamentação, em termos de custos, e por isso é que este instrumento que aparece agora – a ELH dizem os entendidos e não estou a desautorizar o que o Senhor me disse, estou é a dizer que há outras opiniões que dizem que é boa mas não é suficiente e aloja-se muito bem neste 1.º Direito. -----
É aqui que está um problema que tenho de pôr ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o ponto número 1, da ordem de trabalhos tem um erro de forma, ou seja, apresentam aqui uma ELH para o Município de Vale de Cambra e alojam nele uma candidatura ao 1.º Direito. O que é que se quer aprovar? A Candidatura ao 1.º Direito ou a ELH para Vale de Cambra? É que todas as estratégias de 1.º Direito devem ser aprovadas de imediato, mas os senhores fundiram aqui na Estratégia Local de Habitação para Vale de Cambra, sem nos

consultarem nem debaterem o Contraditório com a minoria que está na oposição, ou seja, querem a participação confinando a oposição. Que raio de participação é essa? A imagem mais semelhante que eu tenho disto é da madeira podre envernizada, ou seja, por fora está bonita mas por dentro está podre. Ponho à consideração do Senhor Presidente, quer desdobrar este ponto em dois pontos? E nós votamos, se for desdobrado, a Candidatura ao 1º Direito é aprovada por unanimidade, mas a ELH sofre de uma abstenção da nossa parte, por falta de participação, por falta de vontade vossa em nos colocar a ajudar-vos. Porque vós não sois nós e todos somos Vale de Cambra. Está a perceber Sr. Presidente? Obrigado.”-----

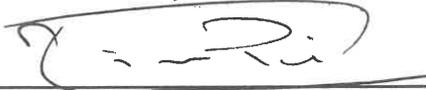
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu que o ponto estava agendado exatamente nesses termos, na sequência de um pedido de agendamento e de uma deliberação da Câmara Municipal e o informa aquilo que temos de votar é exatamente essa deliberação da Câmara Municipal de 7 de maio de 2021, que fala numa Estratégia Local de Habitação e um dos componentes é também essa candidatura ao 1.º Direito. É a Estratégia Local de Habitação que será colocada a votação na sua totalidade.-----

Retomando a palavra o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, disse: “Não está bem formulado o ponto para apreciação, porque são dois itens diferentes, um é a ELH e o outro é o 1.º Direito, por isso eu estou a insistir nisso, ou desdobram o ponto ou sujeitam-se a uma abstenção.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, respondeu entender o raciocínio do Sr. Deputado, mas o que consta da deliberação é que esta Estratégia tem como uma das suas componentes essa Candidatura. -----

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal disse, relativamente à afirmação sobre a sua falta de elegância e cordialidade, que não

Termo de Encerramento

Contém este livro duzentas folhas, todas numeradas e por mim rubricadas com a rubrica  que uso.

Paços do Município, 29 de junho de 2020

O Presidente,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VALE DE CAMBRA**

LIVRO DE ACTAS

N.º 23

Termo de Abertura

**Servirá este livro para nele se exararem as atas das sessões da
Assembleia Municipal do Município de Vale de Cambra.**

Paços do Município, 14 de maio de 2021

O Presidente,

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'V' followed by a series of loops and a horizontal line at the end.



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL. N.º 01

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a aceita, pois tem por princípio ser elegante, ser cordial e tratar bem as pessoas.

Não percebe a fundamentação referida. -----

Solicitou ao Sr. Engenheiro Álvaro Santos, se esclarecia o que teria de ser deliberado, se não era a Estratégia Local de Habitação que encerra em si mesma uma candidatura ao 1º Direito. -----

Esta estratégia apesar de estar bem feita, apesar de ter sido um trabalho intenso, participado, discutido, foi feito em tempo recorde olhando exatamente aquilo que é esta mesma candidatura Programa 1º Direito. Obviamente ela foi discutida numa reunião de Câmara e foi pedido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária olhando à importância que este documento encerra em si quanto à candidatura ao 1º Direito. Quem esteve minimamente atento sabe que o Governo, pela voz do Senhor Ministro das Infraestruturas veio fazer um anúncio de eventual apoio a 100% às primeiras 26000 habitações. Se quiserem estar na linha da frente e conseguir chegar a essa mesma candidatura e que a mesma tenha sucesso, obviamente que temos que ser expeditos, diligentes e fazer o trabalho bem feito, e muitas vezes a conjugação do trabalho bem feito com a velocidade não é muito conciliável, mas pensa que aqui neste caso em concreto esse objetivo foi plenamente atingido.-----

Pedi esclarecimento adicional ao Sr. Engenheiro Álvaro Santos.-----

Concedida a palavra ao Sr. Doutor Eng.º Álvaro Santos, referiu que a Estratégia Local de Habitação tem como subtítulo que consubstancia uma candidatura ao programa 1º Direito, são um único corpo. O diagnóstico está feito e apresentado no capítulo dois, o capítulo três é a parte de visão, da estratégia das medidas, o capítulo 4 cruza depois com os instrumentos de política nacional e o capítulo 5 concretiza, estrutura a candidatura 1º Direito, portanto estar a votar capítulos do documento parece-lhe que não é correto, porque a estratégia respeita na íntegra tudo aquilo que o IHRU considera obrigatório para depois dar

o seu parecer favorável. Imaginando que é colocada a votação por partes, uma é aprovada outra não, o “documento fica coxo”. A sua Equipa faz interpretação que é imperativo legal ter estes itens todos no mesmo documento a submeter ao IHRU, que o apreciará após deliberação desta Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu que a Mesa nem sequer pode fazer essa fragmentação, pois estão circunscritos à deliberação que chegou da Câmara Municipal. Mas, também não seria sequer possível candidatar uma parte de uma estratégia que não tinha sido aprovada. É um corpo único, só assim pode ser trabalhado e só assim faz sentido.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano de Oliveira Braga, referiu, sobre a intervenção do Professor Álvaro Santos, que aquele afirmara que Vale de Cambra é um Município pujante na criação de emprego, o que é verdade. Mas, algo está a mudar para pior em Vale de Cambra, pois há dez, doze anos 40% da força de trabalho das empresas de Vale de Cambra vinha dos concelhos limítrofes, atualmente o número já é superior a 45%, o que é extremamente negativo para o Concelho porque as pessoas vêm de concelhos limítrofes para trabalhar, produz-se cá, pagam-se salários, mas as pessoas vão pagar impostos nos concelhos de residência. Tem dúvidas que S. João da Madeira apresente um crescimento demográfico negativo, mas está estabilizado, não está a perder.-----

Interveio o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, para perguntar ao Doutor Eng.º Álvaro Santos: “Que parte do corpo é o 1º Direito? Que parte do corpo é a Estratégia Local de Habitação? A haver outras candidaturas ao 1.º Direito que parte do corpo vai ser alterado? Isto é para sublinhar que, no meu entender, uma parte não invalida a outra, elas complementam-se, mas inscritas na rúbrica própria do 1º Direito, porque a parte



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/Art

FL. N.º 02

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do restante da ELH permanece chapa cinco em termos dos levantamentos e estudos que se façam, onde ele for aplicado, se for no Concelho de Vale de Cambra é chapa cinco tendo em conta os Censos e os demais indicadores de avaliação do evolução da pobreza e essas coisas todas. Dizer que é um todo de um corpo, a Constituição é um todo de um corpo, o Serviço Nacional de Saúde é todo um corpo, mas a pandemia em Odemira é tratada de modo diferente que em Vale de Cambra, se estiverem em condições diferentes. Daí em dizer que parte do corpo é. Não se pode evoluir para poder subdividir? Então mas quando houver outra candidatura temos que buscar este corpo do 1º Direito para reformular a candidatura? Tem de se alterar, claro que é assim. Agora queria era a resposta. Não entendo porque é que o corpo tem que ser sempre com as mesmas bases, quando 1º Direito está focado no processo 80 e o processo 80 não se vai repetir, poderá haver outro, mas este já não se repete. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, José Pinheiro, este solicitou, por sua vez, que o Sr. Engenheiro Álvaro Santos tentasse responder à questão, de uma esclarecedora, ao Deputado Municipal esta questão da primeira estar ligada a segunda, pois que a estratégia está ligada à candidatura porque sem estratégia não havia candidatura e obviamente para fazer a candidatura teria de haver por trás uma estratégia -----

No uso da palavra o Doutor Eng.º Álvaro Santos socorreu-se da Lei, e passou a citar a Portaria n.º 230/2018, artigo 2.º, ponto 2: -----

“2 - A estratégia local de habitação é elaborada de acordo com os princípios do 1.º Direito contendo, em especial:-----

a) O diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no seu território, contendo as características e o número de situações de pessoas e agregados que nele vivem em condições habitacionais indignas, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 37/2018;-----

- b) As soluções habitacionais que o município pretende ver desenvolvidas em função do diagnóstico das carências habitacionais existentes e das suas opções estratégicas ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento do território;-----
- c) A programação das soluções habitacionais por forma a cumprir o objetivo de proporcionar uma resposta habitacional a todas as pessoas e agregados objeto do diagnóstico num período máximo de seis anos;-----
- d) A ordem de prioridade das soluções habitacionais a promover por forma a dar resposta habitacional a todas as pessoas e agregados que vivem no seu território em condições habitacionais indignas;-----
- e) A demonstração do enquadramento da estratégia local de habitação nos princípios do programa 1.º Direito, consagrados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2018.”-----

Estas são as cinco partes principais de uma estratégia que estão condensados neste corpo único.-----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, agradecendo, e referindo que, com este esclarecimento citando a própria legislação, mais dúvidas não restarão.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, renovou os agradecimentos ao Senhor Engenheiro Álvaro Santos e, não havendo pedidos de palavra, colocou o assunto a votação.-----

O Deputado Municipal Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz não participou na votação seguinte por a sua câmara não estar ligada.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor, com três abstenções (dos Deputados Municipais Albano Oliveira Braga, António Augusto de Pinho Soares de Almeida e Célia Maria dos Santos Tavares), aprovar a “Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra”, que consubstancia uma Candidatura ao 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à



2021.05.14

ATA N.º 3/2021/AM

FL. N.º 03

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Habitação, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 7 de maio de 2021.---

A partir deste momento, foi possível captar a imagem do Deputado Municipal Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz.-----

Declaração de voto do Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida: “Para a maioria CDS que está na Câmara e na Assembleia, o Projeto da Missão 80, consubstanciado nos apoios financeiros a coberto da Candidatura ao 1.º Direito tem o sucesso garantido.”-----

Esperamos que sim. Todos estamos 100% a favor da candidatura.-----

A Estratégia Local de Habitação é mais que uma candidatura.-----

Em nome dos pobres/carenciados deste Concelho, objeto primeiro desta candidatura, desejamos que assim seja.-----

É uma candidatura ao 1.º Direito para minimizar problemas de pobreza/carência, conforme se pode constatar no último parágrafo da página 13, no quadro 7 da página 15, no continuado do quadro 7 vertido na página 16, na síntese da página 16 e no parágrafo 4 da página 20.”-----

A maioria CDS que está na Câmara não quis que a oposição fosse parceiro na elaboração do projeto.-----

O todo que consubstancia esta Candidatura vertido em papel contraria a tese da maioria CDS que está na Câmara acerca do “ELDORADO” (Cidade repleta de ouro, cujo príncipe também tinha o corpo dourado) Concelho de Vale de Cambra.--

Este 1.º Direito visa resolver problemas de pobreza/carência extrema.-----

Feito o balanço, fazendo as contas, somando os valores, podemos reafirmar que os gastos supérfluos da Câmara, mais as despesas extraordinárias resultantes de erros/omissões/lapsos/falta de visão e de rigor e de outros desnecessários mal gastos, poderiam ter minimizado as carências destes necessitados. Só na Escola das Dairas, calcula-se, arderam 500 mil euros (presume-se).-----

O exemplo mais próximo da vossa falta de estratégia para um Concelho socialmente coeso, nomeadamente a nível habitacional, é a ponte/viaduto em Vermoím/Oliveira de Azeméis, na A32, que apesar de concluída, não nos leva a lado nenhum. Porque a nada liga. -----

É um avulso inútil para o necessário global.-----

O vosso mandato nada alavancou de estratégico para o Concelho de Vale de Cambra. -----

Concluo sublinhando que, neste debate, nenhum de vós é nós e todos somos Vale de Cambra.”-----

Declaração de Voto do Deputado Municipal, Independente, Albano Oliveira Braga: “A minha abstenção deve-se ao facto de ter recebido o documento só há 3 dias e não ter tido hipótese de o analisar cuidadosamente.”-----

2. ISENÇÃO DE TAXAS NO ÂMBITO DA FEIRA DE VELHARIAS, DO MERCADO MUNICIPAL, DA FEIRA QUINZENAL, DA OCUPAÇÃO ACIDENTAL (FEIRAS) E DA VENDA AMBULANTE (OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO), DURANTE SEIS MESES, COM PRODUÇÃO DE EFEITOS RETROATIVOS A 1 ABRIL – Deliberação da Câmara Municipal de 4 de maio de 2021: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto 2 da ordem do dia, agendada sob proposta da Câmara Municipal de 4 de maio.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que a proposta é fruto daquilo que tem sido esta pandemia e os condicionalismos impostos a todo o nosso comércio e todos os nossos comerciantes. Assim, propõe-se a isenção de taxas, pelo período de 6 meses, com data a partir de 1 de abril. É um claro incentivo aos comerciantes e a muitos daqueles que estiveram impedidos de auferir o seu ganha-pão, de ter algum proveito da sua atividade comercial. O espírito subjacente a esta isenção



2021.05.14

ATA N.º 312021/AM

FL. N.º 06

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de taxas é exatamente esse - um contributo que damos à atividade económica daqueles que se viram privados do seu rendimento.-----

Não se registando Deputados inscritos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, isentar das taxas previstas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, no âmbito da Feira de Velharias, do Mercado Municipal, da Feira Quinzenal, da Ocupação Acidental (Feiras) e da Venda Ambulante (Ocupação de Espaço Público e Publicidade), durante seis meses, com produção de efeitos retroativos a 1 abril, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 4 de maio de 2021.-----

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Não se registaram intervenções, por não haver público inscrito para o efeito.-----

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (Deputado Municipal, Independente, Albano Braga) elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando, de seguida, com os mesmos votos, o texto da mesma.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

2021.05.14

A blank sheet of lined paper with horizontal dashed lines and vertical solid lines forming a border. The page is otherwise empty.